VI - Estimativas de preços ou preços referenciais:

Com relação à remuneração dos instrutores, o Ato Conjunto nº 1/2010 do CSJT.ENAMAT estabelece que os TRTs devem observar os valores máximos constantes da tabela de remuneração de instrutores da ENAMAT.

No âmbito deste Regional, foi publicado o Ato EJTRT nº6/2022, que fixa a remuneração dos profissionais de ensino da Escola Judicial do TRT da 24ª Região.

Já com relação aos instrutores servidores públicos federais, são vinculados ao regime jurídico da Lei nº 8.112/90, com direito ao encargo de curso, conforme previsto

no art. 76-A, regulamentado pelo Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022.